



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Av. Brasil 4365, - Bairro Manguinhos, @cidade_unidade@/, CEP 21040-900

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.fiocruz.br>

Processo nº 25380.001673/2020-32

Unidade Gestora: VPPIS/PR

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 100/2020, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ ATRAVÉS DA VICE-PRESIDÊNCIA DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE, COMO CONTRATANTE, E A FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE – FIOTEC.

A **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, através da **VICE-PRESIDÊNCIA DE PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE – VPPIS**, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede a Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.781.055/0001-35, neste ato representado pelo **MARCO AURELIO KRIEGER, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde**, Matrícula SIAPE 0464184, portador da Carteira de Identidade nº 3634557-8, órgão emissor SESP/PR inscrito no CPF sob o nº 504.271.729-34, encontrado em Av. Brasil, nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro-RJ, designado pela Portaria da Presidência da República publicada no DOU de 02 de fevereiro de 2017, Seção 2, página 02, no uso das atribuições conferidas pela Portaria da Presidência da **Fiocruz** nº 201/2017, doravante denominada CONTRATANTE, e a **FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO EM SAÚDE**, com sede na Av. Brasil nº 4.036, Manguinhos, CEP 21.040-361, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.385.669/0001-74, representada legalmente neste ato jurídico pelo seu Diretor Executivo, **Hayne Felipe da Silva**, portador da Cédula de Identidade nº 26.484.598-3 DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 586.234.187-00, tendo em vista o que consta no Processo nº 25380.001673/2020-32 e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 99/2020, conforme o PARECER REFERENCIAL n. 00002/2020/GAB/PF/FIOCRUZ/PGF/AGU, no documento SEI 0163949 e mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Contratação de Fundação de apoio para execução de atividades de apoio logístico, administrativo e gestão financeira relacionadas as **Ações da Fiocruz emergenciais para Enfrentamento da Pandemia da Doença Causada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19)**", notadamente ao Projeto: **"Estruturação e Operacionalização das Centrais Analíticas para diagnóstico de SARS-Cov-2 (Unidades de Apoio a Rede de Vigilância Epidemiológica no Rio de Janeiro e Ceará) para o aumento da capacidade de processamento de amostras para confirmação do diagnóstico da COVID-19 na rede pública de saúde**, conforme Memória de Cálculo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico número 0175967.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **06 (SEIS) MESES**, com início na data de 06/08/2020 e encerramento em 06/02/2021, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional, declarada por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Sr. Ministro de Estado da Saúde.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. Conforme Projeto Básico número 0175967 o valor total da contratação é de R\$ R\$150.450.743,82 (cento e cinquenta milhões, quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 254420

Fonte: 6353000000

Programa de Trabalho: 10.122.5018.21C0.6500

Elemento de Despesa: **339039**

PI: E2IS1CV19

QUANTIDADE: 1 (Unitário)

VALOR UNITÁRIO: R\$150.450.743,82

VALOR TOTAL: R\$150.450.743,82

PLANO INTERNO OU AÇÃO DO PLANO PLURIANUAL: 10122501821C06500

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ação 21CO

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico número 0175967 e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

PARCELA	MÊS DE PAGAMENTO	VALOR (R\$)	METAS / Atividades FIOCRUZ	Atividades FIOTEC
1	Mês 01	15.045.074,00	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11
2	Mês 02	33.851.417,00	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11
3	Mês 03	33.851.417,00	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11
4	Mês 04	33.851.417,00	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11
5	Mês 05	33.000.000,00	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11
6	Mês 06	851.418,82	01 e 02	Parte das atividades 1.1 a 1.12 e 2.1 a 2.11

5.2. Conforme Projeto Básico número 0175967:

“15.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. o prazo de validade;

15.5.2. a data da emissão;

15.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4. o período de prestação dos serviços;

15.5.5. o valor a pagar; e

15.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.7.1. não produziu os resultados acordados;

15.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

15.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14.2. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$(6 / 100) / 365$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

5.3. Conforme o Projeto Básico número 0175967 apresenta o cronograma de execução:

“6.2. Cronograma de execução e detalhamento das atividades contratadas:

O custo total do projeto será de R\$ 150.450.743,82 (cento e cinquenta milhões quatrocentos e cinquenta mil setecentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos) com vigência de 06 (seis) meses, conforme detalhamento abaixo:

Número do Processo: 25380.001673/2020-32					
Projeto: “Estruturação e Operacionalização das Centrais Analíticas para diagnóstico de SARS-Cov-2 (Unidades de Apoio a Rede de Vigilância Epidemiológica) para o aumento da capacidade de processamento de amostras para confirmação do diagnóstico da COVID-19 na rede pública de saúde.					
Duração do Projeto: 06 (seis) meses					
Coordenador: Marco Krieger					
Meta FIOCRUZ	Atividades Fiotec	Rubrica	Mês e ano de		Total (R\$)
			Início	Fim	
			da atividade		
Meta 1: Estruturar as Centrais Analíticas para diagnóstico de SARS-Cov-2 (Unidades de Apoio a Rede de Vigilância Epidemiológica) de forma a terem capacidade de	Atividades 1.1 a 1.12, conforme descritas no Item IV do presente	Material de Consumo	Mês 01	Mês 06	3.359.294,00
		Pessoa Física	Mês 01	Mês 06	241.800,00
		Pessoa Jurídica	Mês 01	Mês 06	348.157,00
		Material Permanente	-	-	0,00

processamento de amostras para confirmação do diagnóstico da COVID-19 na rede pública de saúde.	documento – Descrição detalhada da Contratação.	Passagens	Mês 01	Mês 06	100.000,00
		Diárias	Mês 01	Mês 06	115.500,00
		Subtotal	Mês 01	Mês 06	4.164.751,00
Meta 2: Operacionalizar as Centrais Analíticas para diagnóstico de SARS-Cov-2 (Unidades de Apoio a Rede de Vigilância Epidemiológica) para processamento de amostras para confirmação do diagnóstico da COVID-19 na rede pública de saúde e aumentar a capacidade de processamento de amostras	Atividades 2.1 a 2.11, conforme descritas no Item IV do presente documento – Descrição detalhada da Contratação.	Material de Consumo	Mês 01	Mês 06	111.800.000,00
		Pessoa Física	Mês 01	Mês 06	21.729.795,00
		Pessoa Jurídica	-	-	00,00
		Material Permanente	-	-	0,00
		Passagens	Mês 01	Mês 06	50.000,00
		Diárias	Mês 01	Mês 06	50.000,00
		Subtotal	Mês 01	Mês 06	133.629.795,00
TOTAIS					
Material de Consumo			Mês 01	Mês 06	115.159.294,00
Pessoa Física			Mês 01	Mês 06	21.971.595,00
Pessoa Jurídica			Mês 01	Mês 06	348.157,00
Material Permanente			-	-	0,00
Passagens			Mês 01	Mês 06	150.000,00
Diárias			Mês 01	Mês 06	165.500,00
Subtotal			Mês 01	Mês 06	137.794.546,00
Despesa administrativa e operacional			-	-	R\$ 9.647.182,94
Encargos			-	-	R\$ 3.009.014,88
TOTAL DO CONTRATO					R\$ 150.450.743,82

5.4. OBS: As duas metas ocorrerão simultaneamente pois tratam-se de ações sinérgicas para o enfrentamento da pandemia.

5.5. Para compor o quadro acima, a Memória de Cálculo, deve ser observada e faz parte integrante deste Projeto Básico. Os valores foram alocados nas rubricas de forma estimada com base no cenário epidemiológico nacional para o enfrentamento da Pandemia, o que é dinâmico e heterogêneo, podendo, portanto, ser necessário remanejamento de valores entre as rubricas o que será devidamente informado no processo.”

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM

SENTIDO AMPLO

6.1. As regras acerca do reajustamento de preços em sentido amplo são as estabelecidas no Projeto Básico número 0175967.

6.2. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas conforme Projeto Básico número 0175967.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. *Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação, conforme Projeto Básico número 0175967.*

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico número 0175967.

8.2. O prazo de execução dos serviços será de 06 (seis) meses , *com início em 06/08/2020*, e seguirá o cronograma contido no item 6 do Projeto Básico número 0175967

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico número 0175967.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado, conforme Projeto Básico número 0175967.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas *conforme* Projeto Básico número 0175967.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.979, de 2020, na Lei nº 8.666, de 1993 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

16.1. A lavratura do presente Termo de Contrato referente à Dispensa de Licitação nº 99/2020, é feita com base no artigo 4º da Lei 13.979/2020, , devendo o contratante disponibilizar em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

16.2. O presente Termo de Contrato se vincula ao Projeto Básico da Contratante e à proposta da Contratada.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

17.1. A regularidade da contratada foi aferida por meio das consultas ao SICAF, CADIN, CEIS, CNJ e TST em 06/08/2020, no documento de número 0186307 do presente processo.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. As partes contratantes ficam cientes de que o foro para dirimir as questões que não forem solucionadas na via administrativa, será o da Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro, por imposição de ordem Constitucional

19.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO AURELIO KRIEGER, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde**, em 06/08/2020, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º,



Documento assinado eletronicamente por **Hayne Felipe da Silva, Usuário Externo**, em 06/08/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0187667** e o código CRC **F6744D87**.